26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

ECONOMIA POLÍTICA DO SUPORTE E SABERES TRADICIONAIS

POLITICAL ECONOMY OF SUPPORT AND TRADITIONAL KNOWLEDGE

Mardochée Ogécime – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Eduardo Valadares da Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Maria Aparecida Moura – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este trabalho investiga as condições sociotécnicas e político-epistemológicas que estruturam a legitimação de saberes tradicionais na Ciência da Informação. Parte-se da premissa de que a crescente inscrição documental de narrativas de comunidades subalternizadas, embora enfrente o apagamento epistêmico, não garante sua plena incorporação aos regimes hegemônicos de reconhecimento cognitivo. A hipótese central sustenta que os suportes informacionais integram infraestruturas historicamente sedimentadas em torno da centralidade do documento escrito, operando como dispositivos de distribuição desigual de visibilidade, autoridade e citabilidade. Metodologicamente, adota-se uma abordagem crítico-interpretativa que articula a economia política da informação, os estudos de infraestrutura, a crítica marxista da materialidade social e o pensamento decolonial. A análise organiza-se em três camadas: a ontológica, na qual se propõe o conceito de fetichismo documental para discutir a naturalização da escrita como horizonte universal de inteligibilidade; a infraestrutural, que formula a noção de capital infraestrutural do suporte como o conjunto de propriedades técnicas que ampliam a conversão de registros em autoridade circulante; e a política, que desenvolve o conceito de economia política do suporte para evidenciar as disputas institucionais em torno dos meios de validação epistemológica. Conclui-se que a justiça epistêmica exige deslocar o debate da mera ampliação de conteúdos documentados para a reconfiguração material dos regimes de reconhecimento que definem a existência social do conhecimento legítimo.

Palavras-chave: Economia política da informação; saberes tradicionais; legitimação informacional; infraestruturas sociotécnicas; justiça epistêmica.

Abstract: This work investigates the sociotechnical and politico-epistemological conditions that structure the legitimation of traditional knowledge within Information Science. It starts from the premise that the growing documentary inscription of narratives produced by subalternized communities, although confronting epistemic erasure, does not guarantee their full incorporation into hegemonic regimes of cognitive recognition. The central

argument holds that informational supports are embedded in historically sedimented infrastructures organized around the centrality of the written document, operating as devices for the unequal distribution of visibility, authority, and citability. Methodologically, the study adopts a critical-interpretive approach that articulates the political economy of information, infrastructure studies, Marxist critiques of social materiality, and decolonial thought. The analysis is structured into three analytical layers: the ontological layer, in which the concept of documentary fetishism is proposed to discuss the naturalization of writing as a universal horizon of intelligibility; the infrastructural layer, which formulates the notion of infrastructural capital of the support as the set of technical properties that expand the conversion of records into circulating authority; and the political layer, which develops the concept of the political economy of support to highlight institutional disputes surrounding the means of epistemological validation. The article concludes that epistemic justice requires shifting the debate from the mere expansion of documented contents toward the material reconfiguration of the regimes of recognition that define the social existence of legitimate knowledge.

Keywords: Political economy of information; traditional knowledge; informational legitimation; sociotechnical infrastructures; epistemic justice.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inflexão social da Ciência da Informação retomou uma questão constitutiva: as condições sob as quais o conhecimento adquire existência informacional legítima. O problema transcende a organização técnica e alcança as mediações materiais, institucionais e epistemológicas que definem quais inscrições detêm autoridade pública e circulação social. Essa problemática desloca o debate da representação para o campo das condições históricas de legitimação do saber (González De Gómez, 1999).

Tal deslocamento é central diante do registro contemporâneo de saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, periféricos, entre outros). A expansão de metodologias como a história oral e arquivos comunitários responde ao silenciamento epistêmico da formação colonial. Registrar esses saberes é intervir politicamente nas condições de visibilidade contra o epistemicídio, a destruição de modos de conhecer pela racionalidade eurocentrada (Santos, 1997; 2010).

Contudo, emerge uma contradição: a ampliação do registro documental de saberes subalternizados não garante sua legitimação automática. Persiste um hiato entre inscrição e reconhecimento. Frequentemente, esses saberes ingressam nos sistemas de informação como "patrimônio" ou "testemunho", sem converter presença arquivística em autoridade cognitiva. Tal assimetria sugere que a invisibilização se situa nas infraestruturas históricas

que organizam os critérios de reconhecibilidade da informação (Foucault, 2008; Quijano, 2005).

Historicamente, o documento textual consolidou-se como padrão universal de validação devido a atributos como permanência, indexabilidade e interoperabilidade. Essa arquitetura documental, sob aparência de neutralidade técnica, é um produto institucional. Como notaram Briet (1951) e Buckland (1991), a condição documental decorre de processos de inscrição e uso, e não de qualidades intrínsecas do suporte. Sob uma chave materialista, essa universalização deve ser reconduzida às suas condições de produção em que o predomínio da forma escrita deriva de uma sedimentação envolvendo o Estado, a universidade e regimes editoriais, entre outras, naturalizando-se como matriz hegemônica (Bowker; Star, 1999; Marx, 2013; Otlet, 1934).

Neste cenário, o trabalho questiona: de que modo os suportes informacionais operam como infraestruturas sociotécnicas de produção diferencial de valor, condicionando a legitimação de saberes tradicionais?

A hipótese sustenta que a incorporação de novas narrativas não altera, por si, os mecanismos estruturais de legitimação, pois os suportes integram arquiteturas de poder que distribuem desigualmente visibilidade e autoridade (González De Gómez, 2003; Star; Ruhleder, 1996). Propõe-se o conceito de economia política do suporte, entendido como o conjunto de relações pelas quais certos suportes convertem conhecimento em autoridade, enquanto outros permanecem periféricos. Formas textuais interoperáveis acumulam capital cognitivo; registros ancorados na oralidade e performance enfrentam barreiras estruturais de circulação (Bourdieu, 2004; Couldry; Mejias, 2019).

Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem teórico-analítica de caráter crítico-interpretativo, articulando economia política da informação, estudos de infraestrutura, crítica marxista da materialidade social do conhecimento e pensamento decolonial. Como estratégia heurística, a análise organiza-se em três camadas articuladas: ontológica, infraestrutural e política.

Se a invisibilização epistêmica persiste mesmo diante da inscrição documental, torna-se necessário examinar os regimes ontológicos que definem quais formas de inscrição podem ser reconhecidas como informação legítima. É a partir dessa questão que se organiza a primeira camada analítica deste trabalho.

2 CAMADA ONTOLÓGICA: FORMA DOCUMENTAL E ONTOLOGIA POLÍTICA

A legitimação de saberes tradicionais depende, antes da circulação, de sua reconhecibilidade ontológica como objeto informacional. Neste sentido, o problema ontológico não diz respeito só ao que existe como informação, mas às relações de poder que definem quais formas de existência documental podem adquirir validade epistemológica. Essa disputa inaugural situa-se no plano da existência socialmente válida do conhecimento, o que impõe o questionamento sobre quais formas de inscrição adquirem estatuto documental e quais permanecem à margem da inteligibilidade epistemológica (Buckland, 1991; González De Gómez, 2003).

Na tradição moderna, esse estatuto vinculou-se à hegemonia da escrita. A formação de arquivos e bibliotecas sedimentou uma equivalência entre documento, materialidade escrita e prova legítima. Assim, o conhecimento válido passou a coincidir com o saber inscrito em formas passíveis de fixação material e normalização (Briet, 1951; Otlet, 1934). Se Briet (1951) demonstrou que a condição documental deriva do enquadramento institucional, Buckland (1991) evidenciou que a materialidade (*information-as-thing*) é determinante para a operacionalização nos sistemas de organização. A informação emerge, assim, como categoria histórica dependente de regimes específicos de materialização e reconhecimento documental.

Essa historicidade tende a ser naturalizada, processo que aqui é denominado como "fetichismo documental", conceito inspirado na crítica de Marx (2013). Assim como a mercadoria oculta as relações sociais de sua produção, a forma escrita apresenta-se como suporte "naturalmente" superior em objetividade e autoridade. Esse fetichismo naturaliza uma forma particular de inscrição como padrão universal de inteligibilidade, ao mesmo tempo em que deshistoriciza seu vínculo com a burocracia moderna e a colonialidade (Bowker; Star, 1999). O prestígio da forma documental escrita não advém de uma superioridade imanente, mas de sua afinidade estrutural com as infraestruturas de validação, particularmente sua fixidez material, indexabilidade e interoperabilidade.

A posição dos saberes tradicionais revela a profundidade desse conflito ontológico. Grande parte desses regimes de conhecimento opera pela oralidade, ritualidade, performance e memória incorporada, materialidades distintas da racionalidade documental moderna (Quijano, 2005; Santos, 2010). Ao ingressarem em sistemas hegemônicos, esses

saberes sofrem uma tradução ontológica: a oralidade deve ser transcrita e o fluxo narrativo submetido a unidades discretas de registro. Como toda tradução, esse processo implica reduções semânticas e enquadramentos seletivos (Latour, 2012).

A invisibilização epistêmica persiste, portanto, pela inserção desses saberes em regimes subordinados de validação documental. Mesmo quando reconhecidos institucionalmente, tendem a ocupar posições de baixa autoridade epistemológica, preservando sua existência arquivística sem equivalente legitimidade cognitiva (Bourdieu, 2004). Se a definição de informação válida repousa em formas específicas de inscrição, resta examinar as condições materiais que tornam um conhecimento infraestruturalmente visível, citável e circulável.

3 CAMADA INFRAESTRUTURAL: MATERIALIDADE TÉCNICA, CIRCULAÇÃO E ECONOMIA POLÍTICA DO SUPORTE

Se a camada ontológica permitiu compreender que o reconhecimento informacional depende de formas historicamente sedimentadas de inscrição documental, permanece uma questão indispensável: quais condições materiais permitem que um registro adquira existência circulatória nos regimes contemporâneos de informação? A existência social da informação não se esgota em sua inscrição; depende de arquiteturas técnicas que tornam registros localizáveis, classificáveis, recuperáveis e citáveis. A legitimação epistemológica articula-se, assim, às materialidades sociotécnicas que organizam a circulação do conhecimento (Star; Ruhleder, 1996).

No campo da Ciência da Informação, suportes não constituem meios neutros de armazenamento, mas infraestruturas de possibilidade. Sua forma material condiciona modos de registro, descrição, indexação, preservação e interoperabilidade. Cada suporte incorpora uma gramática própria de circulação, cuja compatibilidade com sistemas hegemônicos de recuperação define sua posição na hierarquia documental (González De Gómez, 2003).

Star e Ruhleder (1996) demonstram que infraestruturas são arranjos sociotécnicos historicamente construídos que organizam silenciosamente práticas, capacidades e formas de acesso. No domínio informacional, bibliotecas digitais, repositórios, sistemas de indexação, metadados e protocolos de interoperabilidade constituem a materialidade através da qual o conhecimento se torna socialmente circulável. Bowker e Star (1999) aprofundam essa formulação ao mostrarem que toda infraestrutura opera por esquemas

classificatórios que tornam certos objetos facilmente integráveis, enquanto outros exigem operações adicionais de tradução e enquadramento. Classificar, indexar e recuperar implicam distribuir inteligibilidade sob gramáticas técnicas específicas.

É precisamente nesse ponto que emerge a centralidade infraestrutural da escrita. O documento textual apresenta afinidade estrutural com as arquiteturas contemporâneas de informação, pois sua materialidade favorece segmentação lexical, indexação automatizada, extração de descritores e conversão em metadados padronizados. Sistemas modernos de recuperação da informação foram historicamente desenvolvidos a partir de modelos documentários centrados no texto, ampliando a interoperabilidade do registro textual entre diferentes infraestruturas de armazenamento e busca (Manning; Raghavan; Schütze, 2008; Salton; MCgill, 1983). A racionalidade operacional desses sistemas converge, assim, com propriedades semióticas da escrita alfabética linear (Bowker; Star, 1999; Gilliand, 2008).

Essa afinidade produz efeitos distributivos profundos. Formas de conhecimento ancoradas em oralidade, ritualidade, performance e registros audiovisuais comunitários enfrentam maiores barreiras infraestruturais, pois exigem transcrição, descrição contextual, indexação semântica complexa e ontologias específicas para ingressarem em sistemas dominantes de recuperação. Onde o texto já nasce próximo da gramática infraestrutural hegemônica, outras materialidades precisam ser convertidas para nela circular. Há, portanto, custos diferenciais de infraestrutura para distintas formas de saber.

Essa assimetria pode ser compreendida como expressão de uma economia política do suporte. Determinados suportes acumulam maior capacidade de converter conhecimento em valor informacional porque concentram vantagens infraestruturais historicamente sedimentadas: menor custo de processamento, ampla interoperabilidade, maior inserção em circuitos de citação e aderência privilegiada aos ecossistemas institucionais de validação. Tais atributos configuram uma espécie de capital infraestrutural do suporte, aproximando-se, sob outra chave, da noção bourdieusiana de capital simbólico (Bourdieu, 2004).

A dimensão da citação torna essa desigualdade particularmente visível. A autoridade acadêmica depende de sistemas de rastreabilidade formal sustentados por referências bibliográficas, métricas de impacto e arquiteturas documentais de reputação científica (Garfield, 1972; Merton, 1973). Esses sistemas operam sobre unidades documentais

discretas, persistentemente identificáveis e formalmente recuperáveis (Latour; Woolgar, 1986; Paskin, 1999).

O texto escrito adapta-se privilegiadamente a essa lógica porque permite estabilização referencial fina por meio de atribuições como: página, DOI, edição, periódico, autoria e data, amplamente compatível com infraestruturas modernas de indexação e recuperação documental (Buckland, 1991; Otlet, 1934). Já registros orais e narrativas territorializadas enfrentam maiores obstáculos de integração aos regimes institucionais de citabilidade e validação científica historicamente estruturados em torno da documentalidade textual (Goody, 1986; Ong, 1982; Santos, 2010).

Sob uma perspectiva marxista, essa dinâmica revela que infraestruturas informacionais integram as forças materiais de produção e circulação social do conhecimento. A forma documental hegemônica concentrou, historicamente, melhores condições de reprodução, circulação e valorização epistemológica, enquanto registros incompatíveis com essas condições ocuparam posições periféricas no metabolismo informacional da vida social. A desigualdade deixa de assumir apenas forma tecnológica e passa a expressar uma desigualdade material na circulação do valor cognitivo, aproximando-se da crítica à distribuição desigual dos meios de produção simbólica desenvolvida por Gramsci (2001) e aprofundada por Harvey (2018).

Permanece, contudo, uma questão pertinente: quem define as arquiteturas normativas que atribuem maior capital infraestrutural a determinados suportes? Ou seja, quais agentes, instituições e regimes de poder governam a distribuição diferencial da legitimidade informacional?

4 CAMADA POLÍTICA: REGIMES DE LEGITIMAÇÃO E ECONOMIA POLÍTICA DA ATRIBUIÇÃO DE VALOR INFORMACIONAL

A discussão desenvolvida até aqui conduz a um deslocamento determinante: se a legitimidade informacional depende tanto de regimes ontológicos de reconhecibilidade quanto de infraestruturas sociotécnicas de circulação, torna-se necessário compreender quais relações de poder governam a atribuição diferencial de valor aos suportes informacionais e, por consequência, aos saberes que neles se inscrevem.

Essa questão desloca o problema para o terreno da economia política da informação. Nas formações sociais modernas, o conhecimento jamais circulou em vazio institucional. Sua validação esteve historicamente vinculada a dispositivos de autoridade como: Estado, universidade, arquivo, sistema editorial, burocracias classificatórias e métricas científicas, que definem os critérios de reconhecimento do saber legítimo. Na perspectiva bourdieusiana (Bourdieu, 2004), trata-se de um campo de disputas pela autoridade de nomear, classificar e validar o conhecimento. A legitimidade informacional emerge, assim, de lutas históricas pelos critérios de verdade documentalmente reconhecida.

Os suportes ocupam posição central nesse processo porque estruturam materialmente o acesso aos circuitos de reconhecimento. Artigos indexados, registros interoperáveis e documentos inscritos em cadeias normalizadas de citação percorrem vias privilegiadas de circulação institucional, acumulando reputação, visibilidade e capital científico. A materialidade documental deixa, assim, de constituir mero invólucro técnico e passa a operar como tecnologia política de distinção cognitiva.

Essa dinâmica expressa uma forma contemporânea de monopolização dos meios de produção simbólica. Marx e Engels (2007) sustentam que o controle dos meios materiais de produção tende a projetar-se sobre os meios de produção intelectual. No regime contemporâneo da informação, controlar infraestruturas classificatórias, bases indexadoras e ecossistemas de circulação significa intervir diretamente nas condições de visibilidade do conhecimento socialmente produzido (Maury, 2013).

Quando situada no horizonte da colonialidade, essa disputa adquire espessura histórica mais profunda. Quijano (2005) mostrou como a modernidade universalizou epistemologias eurocentradas como forma legítima de produção da verdade. A escrita alfabética, a racionalidade documental moderna, a indexação bibliográfica e os regimes institucionais de avaliação converteram-se em tecnologias hegemônicas de reconhecimento epistemológico. Nesse arranjo, conhecimentos fundados em oralidade, ancestralidade e formas comunitárias de transmissão ocupam posição estruturalmente subordinada (Mignolo, 2003; Santos, 2010).

É nesse ponto que a economia política do suporte revela sua dimensão colonial. Exigir que saberes tradicionais adquiram inteligibilidade institucional por meio de transcrição textual ou formalização citacional implica submetê-los às gramáticas documentais

dominantes. O reconhecimento passa a depender de processos epistemicamente assimétricos de conversão. Como argumenta Santos (2010), opera-se aqui uma lógica abissal: reconhece-se a existência do outro enquanto se restringem as condições de validade plena de sua epistemologia.

Essa assimetria ganha nova escala com a plataformização da informação. Bases comerciais de dados, indexadores científicos e plataformas acadêmicas passaram a concentrar crescente poder sobre os regimes contemporâneos de visibilidade informacional. Srnicek (2017) observa que plataformas operam como infraestruturas centrais de coordenação econômica, modulando formas de valorização e reconhecimento.

Os efeitos dessa reorganização são politicamente profundos. A literatura bibliométrica demonstra que sistemas internacionais de indexação como Web of Science e Scopus sub-representam periódicos, instituições e temas vinculados ao Sul Global (Asubiaro; Onaolapo; Mills, 2024; Ràfols; Ciarli; Chavarro, 2015). Essa desigualdade afeta a indexabilidade, a citabilidade e a conversão da produção científica em capital acadêmico reconhecido.

Estudos sobre periódicos situados fora dos circuitos centrais de legitimação mostram que esses veículos permanecem desvalorizados por regimes de avaliação fortemente orientados por bases internacionais dominantes (Chavarro; Tang; Ràfols, 2017). Forma-se, assim, um circuito cumulativo de subvalorização: aquilo que circula menos recebe menos reconhecimento, menor investimento infraestrutural e menor capacidade de conversão em autoridade científica.

Sob esse prisma, desloca-se também o núcleo normativo da Ciência da Informação. O desafio não consiste só em ampliar acervos ou registrar ausências documentais, mas em transformar os próprios meios sociotécnicos de legitimação do conhecimento. Ontologias documentais, metadados, sistemas de recuperação e protocolos de interoperabilidade deixam de ser apenas dispositivos técnicos de organização e passam a ser reconhecidos como mecanismos concretos de distribuição de autoridade epistemológica.

Resta, neste sentido, uma questão fundamental: quais deslocamentos teóricos, técnicos e institucionais seriam necessários para romper a centralidade hierárquica do documento escrito como forma dominante de legitimação informacional? Formular uma possível resposta a respeito implica recolocar a Ciência da Informação no centro das

disputas contemporâneas por justiça epistêmica, democratização infraestrutural e pluralização dos regimes de reconhecimento do saber.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão aqui empreendida partiu de uma inquietação central: por que a ampliação do registro de saberes tradicionais não tem sido suficiente para alterar, em profundidade, os regimes hegemônicos de legitimação informacional? O percurso analítico permitiu sustentar que a invisibilização epistêmica não decorre só da ausência de inscrição, mas de arquiteturas históricas de validação que operam em três níveis articulados. No plano ontológico, o fetichismo documental naturaliza a escrita como horizonte universal de inteligibilidade; no infraestrutural, o capital infraestrutural do suporte condiciona a citabilidade à racionalidade técnica dominante; e, no político, a economia política do suporte revela a disputa material pelo controle dos meios de validação simbólica.

A hipótese central encontra, nesse quadro, plena sustentação: a incorporação de novas narrativas aos sistemas de informação não reconfigura, por si, os regimes de legitimidade. Saberes tradicionais não enfrentam apenas barreiras de representação, mas desigualdades ontológicas de reconhecibilidade, infraestruturais de circulação e políticas de validação. Essa constatação desloca o objeto da Ciência da Informação da organização técnica para as arquiteturas sociotécnicas que estruturam a distribuição da autoridade epistemológica. Práticas como classificar, indexar e desenhar sistemas revelam-se intervenções materiais nos regimes de valor do conhecimento.

Nesse horizonte, o cientista da informação emerge como agente estratégico de mediação infraestrutural. Sua atuação exige o tensionamento das arquiteturas hegemônicas e a construção de gramáticas ampliadas de citabilidade e modelos classificatórios sensíveis à pluralidade ontológica. A agenda que daí emerge impõe um desafio determinante: não se trata de meramente anexar conteúdos a infraestruturas excludentes, mas de disputar a própria arquitetura material do reconhecimento informacional.

Em última instância, a tarefa crítica da Ciência da Informação contemporânea consiste em intervir sobre os meios materiais de produção da legitimidade. Ao deslocar o campo da gestão documental para o centro das disputas por justiça cognitiva e redistribuição infraestrutural, o trabalho informacional reafirma sua dimensão

estruturalmente política e sua responsabilidade na democratização radical dos regimes de informação.

REFERÊNCIAS

ASUBIARO, Toluwase V.; ONAOLAPO, Sodiq; MILLS, David. Regional disparities in Web of Science and Scopus journal coverage. **Scientometrics**, Cham (CH), v. 129, p. 1469-1491, 2024. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/spr/scient/v129y2024i3d10.1007_s11192-024-04948-x.html Acesso em: 05 maio 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. **Sorting things out**: classification and its consequences. Cambridge: MIT Press, 1999.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, Nova York (EUA), v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf Acesso em: 04 maio 2026.

CHAVARRO, Diego; TANG, Puay; RÀFOLS, Ismael. Why researchers publish in non-mainstream journals: training, knowledge bridging, and gap filling. **Research Policy**, Amsterdã (NL), v. 46, n. 9, p. 1666-1680, 2017. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/eee/respol/v46y2017i9p1666-1680.html Acesso em: 04 maio 2026.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GARFIELD, Eugene. Citation analysis as a tool in journal evaluation. **Science**, Washington (EUA), v. 178, n. 4060, p. 471-479, 1972. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.178.4060.471 Acesso em: 05 maio 2026.

GILLIAND, Anne J. Setting the stage. *In*: BACA, Murtha (org.). **Introduction to metadata**. 2. ed. Los Angeles: Getty Research Institute, 2008. p. 1-19.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/41753 Acesso em: 24 abr. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/19989 Acesso em: 05 maio 2026.

GOODY, Jack. **The logic of writing and the organization of society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory life**: the construction of scientific facts. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1986.

MANNING, Christopher D.; RAGHAVAN, Prabhakar; SCHÜTZE, Hinrich. **Introduction to information retrieval**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERTON, Robert K. **The sociology of science**: theoretical and empirical investigations. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ONG, Walter J. **Orality and literacy**: the technologizing of the word. London: Routledge, 1982.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre, théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PASKIN, Norman. Toward unique identifiers. **Proceedings of the IEEE**, v. 87, n. 7, p. 1208-1227, 1999. Disponível em: https://d-nb.info/1215927223/34 Acesso em: 05 maio 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RÀFOLS, Ismael; CIARLI, Tommaso; CHAVARRO, Diego. **Under-reporting research relevant to local needs in the global South**: database biases in the representation of knowledge on rice. Havana: 13th Globelics International Conference, 2015. Disponível em: https://ideas.repec.org/p/osf/socarx/3kf9d.html Acesso em: 04 maio 2026.

SALTON, Gerard; MCGILL, Michael J. **Introduction to modern information retrieval**. New York: McGraw-Hill, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STAR, Susan Leigh; RUHLEDER, Karen. Steps toward an ecology of infrastructure: design and access for large information spaces. **Information Systems Research**, Maryland (EUA), v. 7, n. 1, p. 111-134, 1996. Disponível em: https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/isre.7.1.111 Acesso em: 04 maio 2026.

Maury, Yolande. D'une culture de l'information à une culture informationnelle: au-delà du « penser, classer, catégoriser » *In*: FRISCH, Muriel (coord.). **Nouveaux espaces et dispositifs en question, nouveaux horizons en formation et en recherche**: objets de recherche et pratiques « en écloserie ». Paris: L'Harmattan, 2013. p. 125–148. Disponível em: https://archivesic.ccsd.cnrs.fr/hal-01337273/ Acesso em: 04 maio 2026.